



Professor
Lino Peres
FEDERAL 1333

BANDEIRAS

- ★ Lula Livre, Lula Presidente!
- ★ Fora Temer e todo governo golpista do Planalto!
- ★ Pela ampla revisão da Constituição Federal de 1988 através de uma Constituinte Soberana, com Lula Presidente!
- ★ Apoio à política emergencial de recuperação econômica do país

PRINCÍPIOS

- ★ Defesa intransigente da soberania nacional
- ★ Defesa dos direitos humanos, trabalhistas e urbanos
- ★ Defesa dos bens públicos e do patrimônio nacional
- ★ Defesa das estatais e reestatização de setores privatizados pelo governo golpista de Temer
- ★ Defesa do ensino público, gratuito e de qualidade
- ★ Defesa do legado dos governos Lula e Dilma

PROPOSTAS DE ATUAÇÃO PARLAMENTAR

- ★ Lutar pela recuperação do controle estatal da Petrobras e do Pré-Sal e para a destinação de seus dividendos prioritariamente para a Saúde e Educação. Lutar contra a privatização da Eletrobras.
- ★ Restituir o controle soberano das nossas riquezas naturais e minerais e proteger o Aquífero Guarani e a Orla Marítima, principalmente do litoral catarinense.
- ★ Fortalecer a legislação ambiental e de acordos internacionais neste setor, lutando sempre contra qualquer projeto de lei que venha a causar retrocessos ambientais. Defesa do caráter técnico dos órgãos ICMBio e IBAMA, e por uma política efetiva de desmonte das formas de degradação ambiental.
- ★ Lutar pela democratização da comunicação e pela soberania comunicacional, combatendo os oligopólios de mídia. Ampliar as concessões de redes comunitárias. Lutar pela universalização do acesso e do controle das Tecnologias de Comunicação e Informação, especialmente para as populações que vivem à margem destes avanços tecnológicos.
- ★ Defender, junto ao governo eleito democraticamente e com Lula Presidente, um Programa de Emergência de recuperação econômica para o país, que inclua amplas reformas como a agrária, tributária, da comunicação, judiciária e urbana, com a promoção de projetos de lei construídos a partir de uma perspectiva popular.
- ★ Lutar pela revogação da Lei 13.467/2017 (Reforma Trabalhista).
- ★ Lutar pela revogação da Emenda Constitucional 95, que congelou por 20 anos os investimentos públicos, especialmente em Educação, Saúde, Cultura e em outras áreas.
- ★ Defender as Universidades Federais e os Institutos Federais, dentro de um programa de qualificação do ensino médio e superior, buscando os recursos demandados pelas comunidades acadêmicas e técnico-administrativas destas instituições na área da Educação e Ciência e Tecnologia.
- ★ Ampliar a pauta urbana e metropolitana quanto à mobilidade urbana, o saneamento ambiental e a habitação, com a garantia do direito pleno à cidade e à terra urbanizada, fazendo valer a sua função social.
- ★ Defender a pauta e a agenda dos movimentos negros em todos os seus aspectos, desde o combate intransigente do racismo estrutural e institucional, buscando por todos os meios garantir a inclusão dos direitos da população negra com base nas propostas do programa “O Brasil que o povo negro quer!”, eixo estruturante do Programa de Governo Lula Presidente.
- ★ Lutar pela demarcação e certificação das terras indígenas e quilombolas e pelos programas de inclusão social que vinham sendo implementados nos últimos anos, hoje em retrocesso com o governo golpista e com a bancada do agronegócio. Defender os povos tradicionais, indígenas, quilombolas e comunidades pesqueiras e ribeirinhas em todas as suas dimensões, segundo os preceitos da Convenção 169 da OIT.
- ★ Lutar pelo pleno emprego, pelas políticas de combate à pobreza e de geração de trabalho, emprego e renda, principalmente recuperando e ampliando as políticas e programas adotados pelos governos Lula e Dilma.
- ★ Defender políticas para o fortalecimento do afroempreendedorismo, com ênfase para as mulheres negras e juventude negra, como também a economia criativa, solidária e as formas cooperativas de produção e serviços.
- ★ Defender as pautas ligadas à agricultura familiar, articuladas com a agricultura urbana, dentro do espectro amplo da luta do MST e dos quilombolas na produção sustentável da terra.
- ★ Garantir os instrumentos federais de controle social e da democracia participativa, na luta pela implementação do Estatuto da Cidade e de todas as experiências de planos diretores participativos, buscando fortalecer os Conselhos da Cidade nos estados e municípios em sua natureza deliberativa.
- ★ Defender a cultura como elemento estruturante da formação e enriquecimento do povo brasileiro, considerando os avanços nos governos Lula e Dilma, como o Programa Cultura Viva.